

VIOLÊNCIA SEXUAL

CRIME INVISÍVEL

➤ REPORTAGEM: KATILAINE CHAGAS E MAYRA BANDEIRA ➤ ILUSTRAÇÃO: ARABSON DE ASSIS

A via-crúcis para punir o estuprador

Além do constrangimento de ser vítima desse crime, levar a queixa adiante também não é fácil

➤ Depois de sofrer, talvez, a maior das violências contra uma mulher, a vítima de estupro começa outra luta para botar na cadeia seu agressor. Seja pelas características desse tipo de crime, o de geralmente não ter testemunhas, seja pela violência simbólica que enfrenta ao lidar com o despreparo de alguns profissionais ou ainda pela estrutura pública insuficiente para o caso.

Para que a polícia comece a investigar o estupro, é obrigatório que a vítima, se for maior de 18 anos, faça a representação na delegacia ou, como é conhecido, realize o boletim de ocorrência. Se for menor de 18, o próprio Ministério Público pode fazer a denúncia.

Para garantir o maior número de provas, é fundamental que a vítima procure imediatamente a polícia e realize o exame de corpo de delito. Esse, porém, não é o impulso inicial de quem sofre essa violência. “Para comprovar o estupro, tem que coletar material. Mas a primeira coisa que fiz quando cheguei em casa foi tomar banho. Minha vontade era passar sabão em pó, entrar numa banheira de cloro”, relata Joana, 23 anos. Ela foi violentada por um ex-colega enquanto estava inconsciente, sem condições de reagir.

NA DELEGACIA

Joana foi à delegacia dois dias depois, após suas amigas se articularem para apoiá-la. Ela lembra bem o diálogo que teve com um policial que a atendeu: “Aí no meio de um monte de policiais, um perguntou: ‘O que é?’. Aí eu falei: ‘Quero fazer um registro de estupro’. ‘E quando foi?’, ele perguntou. ‘Há dois dias’, respondi. ‘E você só vem agora?’, ele disse. Fiquei assim, mas fomos em frente”.

O registro só foi aceito depois que ela e as amigas descobriram o nome completo do agressor e endereço de onde ocorreu o estupro. “Entendo perfeitamente porque as

pessoas não denunciam. Não é receptivo para isso. Parece que tem todo um processo que você tem que passar para poder ir embora”, lamenta Joana.

No Departamento Médico Legal (DML) de Vitória, ouviu de uma funcionária questionamentos sobre a veracidade de seu relato: “Por que você veio fazer isso agora? Você tem certeza?” E falava com um tom meio debochado”, observa.

Mas há de se reconhecer que há casos de mulheres que se sentiram acolhidas. “Cheguei na delegacia toda arrebatada. Sem chão. O policial que me atendeu me deu água e pediu para que relatasse, devagar, o que tinha acontecido. Disse que eu estava segura e que não precisava me preocupar”, relata Olga, 37 anos, estuprada quando seguia para o trabalho.

ESTRUTURA

Não é questão só de preparo profissional mas também de estrutura física. A recepção do DML é a mesma para todos os que chegam ao local: vítimas de todo tipo de violência, de acidentes e familiares de mortos. A única recepção separada é a dos presos, quando vão fazer

exame de lesão corporal. “Fiquei sentada esperando. Vi passar cadáver, gente chegando para reconhecer corpo”, detalha Joana.

“Acho que há falta de humanização do atendimento. As crianças ficam numa recepção com pessoas machucadas, com pais que estão chorando porque perderam um filho”, lamenta Denise Terra, que trabalhou como médica-legista no local de 1992 a 2014.

Não é incomum que as vítimas de estupro, ao buscarem atendimento médico e policial, se deparem com comentários que reforçam o sentimento de culpa nelas. Uma culpa que definitivamente elas não têm. Entre as histórias levantadas pela reportagem, está a de uma vítima que ouviu de um funcionário do DML que, se ela estivesse indo para a igreja, não passaria por isso.

“Responderia para esse profissional que tive pacientes que foram estupradas no caminho da igreja. Não foi uma nem duas”, afirma Getúlio Souza, psicólogo do Programa de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (Pavivis), em Vitória.

A médica-legista Denise Terra avalia que houve avanços: “Melhorou muito de uns anos para cá. Quando eu saí, em dezembro de 2014, a turma que eu deixei era mais renovada”.

Há ainda o desgaste de ter que voltar ao ambiente policial para garantir o trâmite de todo o processo. “As mulheres têm vergonha de se expor, têm medo do que a família vai pensar ou o próprio companheiro. De fato, é uma exposição, a pessoa tem que vir à delegacia, fazer a denúncia, às vezes precisa de mais dados e daí ela tem que voltar. Quando conseguimos prender, a mulher tem que voltar e fazer o reconhecimento. Isso é desgastante”, avalia a delegada Michele Meira, titular da Delegacia de Atendimento à Mulher (Deam), de Cariacica.



Entendo porque as pessoas não denunciam. Não é receptivo para isso”

Joana, 23, vítima

V

“Ele dizia que iria me matar”

“23 de dezembro de 2015, era umas 3h50 da manhã. Estava saindo para trabalhar como faço todos os dias. Parecia que Deus me avisava de alguma coisa. Eu sonhei que tinha sido assaltada. Levantei e ouvi uns barulhos dentro de casa, uma coisa muito estranha. Mas achei que pudesse ser uma impressão por causa do trabalho.

Olhei tudo em volta e não vi nada. Me arrumei normalmente. Fiz minha oração e fui para rua. Os cachorros começaram a latir. A medida que eu ia passando, eles latiam cada vez mais. Me deu um aperto no peito e eu pensei: ‘Meu Deus, o que é isso?’. E continuei meu caminho.

Mais à frente, a poucos metros da minha casa eu o vi. Estava numa distância boa. Acelerei meu passo e quando dei por mim, não sei como, ele apareceu do meu lado. Virou e falou assim: ‘Você sempre passa aqui nesse horário?’. Respondi: ‘Não. Meu marido sempre vem comigo, só hoje que ele não pôde vir’. Ele falou: ‘Então, isso é um assalto’ e arrancou a faca que estava escondida atrás das costas.

Eu entreguei o celular e a bolsa. Foi quando ele virou pra mim e disse: ‘Eu não quero só isso. Quero transar com você’. Comecei a implorar pedindo que ele não fizesse nada, que me deixasse ir embora. Pedia pelo amor de Deus. Quanto mais eu suplicava, mais ele mandava eu calar a boca. Dizia que iria me matar, me furar.

Enquanto isso, os cachorros não paravam de latir. Eu rezava para alguém aparecer em alguma janela por causa do barulho. Ele começou a me arrastar pela rua e eu suplicando que ele me deixasse ir embora. Falava cada vez mais alto para ver se alguma pessoa me ouvia. Mas nada. Tentava conversar, mas isso o irritava e ele ficava passando a faca em mim.

Ele conseguiu me arrastar até um terreno baldio e mandou que eu tirasse minha roupa. Me botou de joelhos. Já não adiantava mais eu pedir. Ele não ouvia. Depois de me estuprar, levou tudo o que eu tinha. Todos os meus pertences. Mas não foi só isso, o bem material, que ele arrancou de mim.

Naquele momento fiquei sem um pedaço da minha vida. Saí correndo, catando minhas roupas. Parei o primeiro ônibus que vi pela frente. Era um conhecido. Pedi ajuda. Queria ir para a delegacia, precisava denunciar aquele monstro. Eu precisava conhecer ele, saber quem era.

Ele invadiu a minha vida. Os dias seguintes foram de mais pura agonia. Precisei tomar um coquetel de remédios, oito comprimidos durante 30 dias. Sem parar. Nunca tinha tomado tanto remédio na minha vida. Fiquei por mais de um mês em pânico, não conseguia dormir. Todo dia, exatamente às 3h30, que era o horário que eu costumava acordar, eu entrava em colapso. Ficava em pânico. Perdi um pouco da minha alegria. Estou superando graças à minha família. Principalmente ao meu marido, que é um presente de Deus para mim. Quando me avisaram que um suspeito havia sido preso, fui correndo para a delegacia.

Chegando lá, eu o vi de longe. Descobri que quem o denunciou foi a esposa dele. Quando a vi, sentada na mesma sala que eu e chorando, não sei o que aconteceu que eu peguei ela pelo braço e a levei até onde ele estava preso. Quando entrei, não pensei em mais nada. Parti para cima dele, bati muito. Cada tapa que eu dava, era um peso que tirava de dentro de mim. Precisava daquilo. E ele implorava. Assim como eu fiz, sem ser ouvido.”

OLGA, 37 ANOS

ESTADO CAPACITA POLICIAIS

/// A necessidade de capacitar os profissionais que atuam no enfrentamento da violência contra a mulher levou a Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (Sesp) a criar a Gerência de Proteção à Mulher (GPM).

Segundo a gerente da GPM, Mirian Cortez, as orientações da secretaria integram os projetos desenvolvidos com as polícias Civil e Militar e estão em acordo com diretrizes nacionais que reconhecem a importância da atenção e de não fazer a vítima reviver o drama ao relatar a violência várias vezes.

“Os atendimentos policiais que fogem a essas orientações são inadmissíveis e é importante tomarmos conhecimento disso para que os responsáveis sejam identificados. Isso é essencial para evitar que esses profissionais reproduzam, em suas atuações, práticas e valores naturalizados em nossa cultura muito machista e patriarcal”, avalia.

A Sesp informou, ainda, em nota, que a Polícia Civil, nos últimos anos, tem intensificado o trabalho para reduzir os registros de violência contra a mulher em todo o Estado. Todas as semanas, a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente e as Delegacias de Proteção à Mulher têm identificado e prendido agressores e têm trabalhado em conjunto com a Polícia Militar para evitar que estas mulheres sofram novamente. Os locais que atendem estas vítimas estão sendo humanizados e os profissionais têm sido capacitados para dar atenção e assistência a quem passa por esse tipo de violência.

Segundo a coordenadora da Vigilância Epidemiológica da Secretaria Estadual de Saúde (Sesa), Edileusa Cupertino, existe uma proposta da Sesa em parceria com a Sesp para tornar opcional a ida e/ou encaminhamento das vítimas ao DML. A intenção é de que o exame necessário possa ser feito em qualquer unidade médica credenciada.

ESTRUTURA

Em relação aos problemas sobre estrutura do Departamento Médico Legal (DML) nos casos de estupro, a Sesp não respondeu.

Os depoimentos das histórias relatadas na reportagem são reais, mas os nomes das vítimas são fictícios.

VIOLÊNCIA SEXUAL CRIME INVISÍVEL

Leia amanhã: Como a Justiça dá valor à palavra da vítima.

“

Perdi um pouco da minha alegria. Estou superando graças à minha família”

Olga, 37 anos



WWW.GAZETAONLINE.COM.BR

Veja onde procurar ajuda e denunciar casos de estupro no Espírito Santo

CONDUTA IMPRÓPRIA

Polícia troca delegado que investiga caso de estupro coletivo

Cristiana Bento, da Delegacia da Criança e do Adolescente, é quem vai assumir

Após protesto da defesa da jovem de 16 anos violentada no Morro da Barão, zona oeste do Rio, a Polícia Civil decidiu ontem passar a coordenação da investigação sobre o crime para a Delegacia da Criança e Adolescente Víctima (DCAV), sob o comando da delegada Cristiana Bento.

Também ontem, a advogada Eloísa Samy Santiago, que defendia a adolescente, anunciou que deixou o caso, a pedido da família, que aderiu ao Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, em parceria com o governo federal.

Com a decisão, a Polícia Civil se antecipou a um pronunciamento da Justiça, após o Ministério Público



MÁRCIA FOLETTA / AGÊNCIA O GLOBO

Menina está sendo intimidada por um dos suspeitos, relatou advogada da jovem

do Rio de Janeiro (MPRJ) ter defendido mudanças na condução do inquérito.

Segundo a PC, a Delegacia de Repressão a Crimes de Informática (DRCI), que es-

tava à frente do caso, ficará com a apuração da divulgação de imagens do crime nas redes sociais. “A medida visa a evidenciar o caráter protetivo à menor vítima na con-

dução da investigação, bem como afastar futuros questionamentos de parcialidade no trabalho”, diz nota divulgada pela Polícia Civil.

Em entrevista à TV Globo,

o chefe da Polícia Civil, Fernando Veloso, afirmou que a decisão também teve o objetivo de “preservar” o delegado Alessandro Thiers, titular da DRCI. Antes de deixar o cargo, a advogada argumentou que a DRCI se concentrou-se na investigação da publicação das imagens. Apontou também suposta atitude imprópria de Thiers durante depoimentos da vítima. Para a advogada, a adolescente foi constrangida, e o delegado não respeitou a condição de vítima.

A promotoria concordou com três pleitos da vítima, incluindo o desmembramento da investigação e o pedido de investigação da conduta do delegado. Entendeu ainda que ela deve ser protegida por medida cautelar da Justiça, nos moldes da Lei Maria da Penha. A então advogada relatou que um dos suspeitos, identificado como Raphael Belo, tentado intimidar a jovem.

“Achei que ia morrer”, diz jovem

A adolescente de 16 anos que sofreu um estupro coletivo em uma favela na zona oeste do Rio de Janeiro afirmou que “achou que ia morrer” durante o ato. “Acordei em um ambiente diferente com um homem embaixo de mim, um em cima, dois segurando na minha mão. Várias pessoas rindo de mim e eu dopada. Muitos garotos rindo, falando e me segurando. Vou morrer. Pronto, acabou”, disse ela, em entrevista à TV Record ontem.

A menina afirmou que não se lembra dos detalhes e que acredita ter sido dopada antes do crime. Quando acordou, já estava sendo violentada. Mesmo “gritando e chorando”, disse, os rapazes não paravam.

Desde que voltou para casa, a jovem relatou ter sentido culpa pelo que aconteceu. “Hoje em dia tomo cinco ou seis banhos por dia. Acordo de madrugada só para tomar banho. Senti (culpa) várias e várias vezes e até hoje sinto.”

Ela criticou a postura dos policiais que a interrogaram. “Eles me culpam por uma coisa que eu não fiz. Perguntaram o que eu estava fazendo lá, se eu tinha envolvimento, se eu já tinha feito sexo grupal. Queriam me botar de culpada de todas as formas. Eu parei de responder. Falei que não era obrigada e parei.”

Família dispensa advogada que defendia jovem violentada

A família da jovem de 16 anos violentada no Morro da Barão, zona oeste do Rio, dispensou a advogada Eloísa Samy Santiago, que a defendia no caso. Eloísa foi informada da decisão pela avó da adolescente, numa mensagem de áudio via celular, informou a advogada na noite de ontem.

Segundo Eloísa, a família informou que aderiu ao Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados

de Morte, da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, em parceria com o governo federal.

Ao jornal “O Estado de S. Paulo”, a advogada se disse “aliviada” com a decisão da família, porque estava conduzindo o trabalho sozinha, e demonstrou confiança nos órgãos do Estado, como o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) e a Defensoria Pública. “A Defensoria tem os melhores advogados

do País”, disse Eloísa, elogiando, sobretudo, os profissionais que trabalham com direitos humanos. Ela comemorou a decisão da Polícia Civil de passar a coordenação do caso para a Delegacia da Criança e Adolescente Víctima (DCAV).

A Delegacia de Repressão a Crimes de Informática (DRCI) ficará com a apuração da divulgação de imagens do crime nas redes sociais.

“Não há vestígios de sangue nenhum”

O programa “Fantástico”, da TV Globo, adiantou algumas informações a respeito do caso. O chefe de Polícia Civil, Fernando Veloso, informou que o laudo pode trazer novas informações sobre o caso.

“Não há vestígios de sangue nenhum que se possa perceber pelas imagens que foram registradas. Os peritos já estão antecipando, ali-

nhando algumas conclusões quanto ao emprego de violência, quanto à coleta de espermatozoides, quanto às práticas sexuais que possam ter sido praticadas com ela ou não. Então, o laudo vai trazer algumas respostas que, de certa forma, vão contrariar o senso comum que vem sendo formado por pessoas que sequer assistiram ao vídeo”, concluiu Veloso.

WILSON DIAS/AGÊNCIA BRASIL



Indignação

Cerca de 1.500 pessoas participaram do ato, em Brasília, em protesto contra o estupro de uma menor de 16 anos, no Rio de Janeiro

WILSON DIAS/AGÊNCIA BRASIL



Repúdio à violência

Caminhada das Flores repudia violência sexual e agressões contra as mulheres. Manifestantes carregavam cartazes para chamar atenção para o tema

WILSON DIAS/AGÊNCIA BRASIL



Tumulto

O protesto contra a violência contra a mulher acabou em tumulto, ontem, na frente do Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília.